

## A LÍNGUA BRASILEIRA

Raimundo Girão

A chamada *língua brasileira* é, talvez, o derradeiro capítulo do nosso emancipacionismo em relação a Portugal.

Afirma-nos com razão João Ribeiro que “já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional mameluca em maior ou menor grau de cruzamento e, com essa criação étnica, desaparece, por inexplicável, a lealdade e começam os perjúrios. As duas raças que quase ao meio então dividem o País começam a odiar-se e aplicar-se nomes desprezíveis. A *cabrada*, os *pés-de-cabra*, dizem os lusos dos brasileiros; *mascates*, *marotos*, *pés-de-chumbo* chamam os brasileiros aos seus dominadores. Como quer que seja, com a raça nova formara-se o que se poderia dizer a base física da revolução”. (*História do Brasil*, IX, “O Espírito de Autonomia”).

Essa revolução manifestar-se-á de vários tipos, em épocas e lugares diversos, mas no fundo com a mesma impulsão — partir os laços servis, desvincular-se das exigências asfixiantes de medidas desumanas e humilhações duma exploração econômico-tributária sem regra: a revolta de Manuel Beckman, no Maranhão, em 1684; a inconformação paulista contra os forasteiros ou emboabas, em 1706; a baderna dos mascates, no Recife, em 1710-1714; os tumultos da Bahia, em 1712; o desespero de Felício dos Santos, em 1720; a esquartejada conjuração de Tiradentes em Vila Rica, no ano de 1789, e por fim o grito do Ipiranga, em 1822.

A ruptura do absolutismo econômico dera-se em 1808. Com a libertação política havia de seguir-se a cultural: aos velhos moldes do pensamento ibérico opor-se-ia uma renovação brasileira, nascida do estilo de idéias e sentimentos determinados pelo ambiente ou paisagem brasileira.

Foi o Romantismo que veio fazê-la, chegando retardado mas tomando, aqui, cunho essencialmente nacionalista, reagindo ainda contra a antiga Metrópole, com a qual rompíamos, separando-nos, e que representava, para nós, espiritual e literariamente, o bolorento classicismo e a sua degeneração arcádica. “Toda nossa vida literária de um século tem sido, até agora, uma reação contra esses remanescentes portugueses, que nos estão no sangue e na alma”, escreve Afrânio Peixoto.

“Toda a nossa literatura romântica, que obedece à direção *nacional* do Romantismo – continua o mestre baiano – timbra, ainda por esse motivo político, a independência nacional, em criar a literatura brasileira. No ânimo de Araújo Porto-Alegre, escrevendo o volumoso poema do *Colombo*, esteve certamente a opor um herói americano a um herói português: se não fora a razão política, Cabral seria o herói mais justamente indicado à nossa glorificação. A *Confederação dos Tamoios* e *Os Timbiras* são tentativas épicas, que pretendem glorificar o índio, o brasileiro nativo. No povo, esse culto ao selvagem nacional chega ao repúdio do próprio nome de família para adotar os apelidos indianos, que eram brasileiros: um nome e só por exemplo: Francisco José Gomes Brandão, à portuguesa, chama-se, de ora avante, Francisco Gé Acaiaba de Montezuma, à nacional: é o visconde de Jequitinhonha, grande parlamentar e político, um dos autores da Independência. O símbolo nacional é o caboclo. Insisto: não só pela entronização romântica do bom-selvagem de Rousseau, que era do tempo, mas principalmente, pela dominante razão patriótica. Uma sinergia de motivos. No *Guarani* de José de Alencar, o índio sobrepuja o aventureiro peregrino, em bravura e honestidade, e iguala o fidalgo português, em nobreza e cavalheirismo; na *Iracema* a alma virgem da terra sublima-se em ternura e desprendimento, em antagonismo com o colono aventureiro, que os interesses dispersam erradio: o Brasil, filho simbólico dessas núpcias; chama-se *filho da dor*, Moacir, esse que há de glorificar na sua descendência nacional a sua terra e a sua gente. O culto do sertão e do sertanejo, reação romântica ainda, se exprime contra o cosmopolitismo litorâneo, o lusismo literário das capitais: Euclides da Cunha e Afonso Arinos são expressões desse brasileirismo, tão polido quanto espiritual. O romance regional de hoje em dia reage ainda contra as histórias dos salões e das ruas calçadas a pedrinhas, o colonial das fachadas e as roupas dos janotas, de uma sociedade cosmopolita e subeuropéia, não naturalizada brasileira. É um motivo de arte, mas, insisto, é um endereço nacionalista” (*Ramo de Louro*, p. 261).

Confirma-o Amoroso Lima, e nem será preciso mais: “Com o início do segundo reinado, em 1840, começa, realmente, o período imperial da nossa história livre. Dominava por essa época na Europa o Romantismo com que Chateaubriand, desde 1802, anuncia, por assim dizer, o novo século. Ora, um dos traços característicos da nova escola literária era, como se sabe, a inspiração nacional e a preocupação nacionalista. A literatura já agora procurava sua inspiração na alma individual e nos temas e tradições populares. Uma nação que nascia, andava, naturalmente, à procura de uma forma nova de se exprimir literariamente. O Romantismo veio ao encontro dessa aspiração popular e nacional. Veio a ser, em pouco, a expressão literária natural da alma brasileira. Nenhuma escola literária, até hoje, correspondeu tão espontaneamente à psicologia do povo brasileiro, como o Romantismo.

Pode-se dizer que todo movimento literário no Brasil tem qualquer coisa de romântico. E, até hoje, pelo seu lirismo, pela sua ênfase, pelo seu subjetivismo, pelo modo cantante e sentimental de se exprimirem, são os mais brasileiros dos nossos escritores”.

E acrescenta: “O Romantismo abrange, no Brasil, o período que vai de 1830 a 1870. Foi o período de consolidação e esplendor do Império. Por isso mesmo há nesse conjunto de escritores alguma coisa que os liga intimamente a ele. Não podemos dissociar, entre nós, Romantismo e Império, mesmo quando a segunda geração romântica se revelou politicamente hostil às instituições imperiais e ligada aos ideais republicanos e abolicionistas, que iriam ser realizados pela geração realista que lhe sucedeu. Há, pois, uma revolução do Romantismo” (*Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, p. 37).

Nesse movimento revolucionário, alteiam-se com a força psicológica do seu indianismo, profundamente anticlássico e arcádico, José de Alencar e Gonçalves Dias, o primeiro o maior romancista do Romantismo e o segundo o seu maior poeta, lançando ambos os fundamentos da literatura *brasileira*. Daquele, como se poderá afirmar deste, disse o mesmo Amoroso Lima que “teve consciência viva da tendência irreversível à criação de um *estilo* brasileiro”. E sabemos o que isso lhe custou . . .

Não estaria, porém, esvaziado o separatismo, que o emocional levaria a maiores conseqüências.

O antagonismo latente, que se procurava sempre esconder com as artes diplomáticas e as sonsas delicadezas internacionais, agora explodiria, zangado, no campo da linguagem, no modo como lusitanos e brasileiros encarariam a expressão, pela fala e pela escrita, dos seus pensamentos: língua portuguesa *versus* língua brasileira.

A defeituosa equação do problema por parte de uns e outros gerou a controvérsia, que se azedou demasiadamente, sem os corretivos do bom exame, da imparcialidade e, notadamente, da calma científica com que ele deveria, e deve, ser apreciado e resolvido.

Predominaram, infelizmente, no caso, de um lado o complexo de superioridade dos lusos, impondo-se como donos do idioma por *direito de antiguidade* e, do outro, os ranços, os últimos ranços do irredentismo dos daquém-Atlântico, animados pela sua imensa superioridade geográfica e demográfica e pela convicção, exata ou não, de uma paridade senão sobrepujança de cultura científica, literária, econômica e técnica.

Os responsáveis lusos pelo exato esclarecimento do assunto, ainda os mais cultos, exageraram-se no subestimar o fenômeno da expansão da língua portuguesa na sua antiga colônia sul-americana e desceram ao desdém; da parte dos de cá a resposta não tem sido a mais suave. *Dialeto*, simples des-

virtuamento do idioma, para aqueles; *língua independente, língua brasileira*, para estes.

A luta, que vem de longe, acirrou-se depois de 1920, início da fase dialetológica, a terceira de que nos fala Renato Mendonça no seu *Português do Brasil*, p. 110. As duas anteriores ele as classifica em *fase pré-histórica* (1826-1879) e *fase histórico-etnográfica* (1879-1920).

Na dialetológica, como o nome denuncia, os estudos convergem para a discussão em torno da língua portuguesa no Brasil, configurando um dialeto, ou não. Como acentua Clóvis Monteiro, "em contraposição aos gramáticos, que, nos fins do século passado, se ocupavam das línguas literárias, explicando a sua origem e a sua evolução, os lingüistas atuais penetram na vida íntima das línguas populares, qualquer que seja a modalidade (dialeto, *patois*, *argot*, língua especial), localizando as palavras e as formas gramaticais onde quer que se encontrem e procurando acompanhar a sua história através dos campos, das montanhas, dos povoados, das cidades" (*Fundamentos Clássicos do Português no Brasil*, p. 77).

Gladstone Chaves de Melo, em *A Língua do Brasil*, Livraria Agir Editora, 1946, enumera quantas obras até então vieram a lume, relacionando-se diretamente com a momentosa questão, por ele colocada nestes termos: "Pois bem: o Português, transplantado, sofreu uma deslocação. Passou por vicissitudes mil, decorrentes das condições históricas, sociais, geográficas da formação brasileira, sofreu a concorrência do Tupi, foi altamente deturpado na boca de índios e mamelucos, e na boca dos pretos, ficou ilhado em muitos pontos do território nacional, que se imunizaram do bafejo civilizador. Mesmo depois que reagiu e se adaptou às novas condições de vida, mesmo depois que foi tonificado pelas injeções de sangue novo, as levas de emigrantes lusos que, sucessivas, buscavam a Colônia, mesmo depois que se pôde acastelar na língua escrita, teve de ser usado por um povo que já tinha outra afetividade que não a portuguesa, outro espírito nacional, outra maneira de sentir e interpretar a vida. Pergunta-se: este série de abalos que sofreu, sob os céus americanos, o velho idioma do Condado Portucalense, determinou a formação de um tipo lingüístico novo e diferente, ou apenas condicionou divergências acidentais que não permitem o reconhecimento — com honestidade intelectual — de uma *língua brasileira*, senão apenas o de um *aspecto brasileiro* da língua portuguesa?"

Vê-se que o ilustre filólogo carioca sublinhou com aticismo as coordenadas da divergência e fixou bem as pontas do dilema. E utilizando-se de vantajosa erudição, coloca-se ao lado dos que se guardam na aparente negação da existência, no Brasil, de uma língua diversa da portuguesa falada em Portugal, apenas reconhecendo que, em nosso país, esta apresenta *outro estilo* e se enriqueceu, grandemente, com a aquisição de novos vocábulos e

modismos, caracterizando aquele aspecto *brasileiro*. A “língua literária, queiram ou não, é a mesma de Portugal, com diferenças estilísticas e uma ou outra levíssima divergência sintática, insignificativa e inoperante” (P. 155).

Para comprovação, a seu ver axiomática, oferece ao leitor uma seqüência de vários textos de escritores portugueses e brasileiros, despidos de qualquer descritivo paisagístico, sem indicar-lhe a autoria, e o convida a identificá-los, o que, realmente, é difícil.

O professor amazonense João Leda publicou, em 1939, editado em Manaus, *A Quimera da Língua Brasileira*, livro que Gladstone Chaves, embora o reputa valioso “pelo ponto de vista do autor”, acha obra executada “em velhos moldes, alheia à lingüística moderna, com um purismo caturra *hors siècle*”, porém, na verdade, é substancioso e por meio de fortes argumentos procura mostrar a inanidade do audacioso separatismo.

Segundo ele, e afirmando repetir um lugar-comum, o português de Portugal, como o português do Brasil, bifurca-se em dois ramos que, se comparados, apresentam diferenças — é a língua escrita e a língua falada, esta, por sua vez, distinta da que usam as massas incultas e da que é praticada pela gente ilustrada, ou seja, aquelas classes sociais que, bem educadas no trato das letras, policiam os seus jeitos de expressar-se, não descendo “à geringonça mascavada que peja os ambientes rueiros”.

Não se sabe bem — adianta — qual dessas modalidades é que poderá ser tida como a língua brasileira, a que o autor ironicamente chama “brasilina”, e assevera que os filólogos e gramáticos brasileiros partidários da inovação ora dizem que é uma, ora que é outra, numa oscilação constante. “Ora — são palavras textuais — essa língua popular do Brasil, que é língua viva e exuberante nas suas incoerências, como a visiona Silva Ramos, essa língua que vibra na alma brasileira e se agita com absoluta liberdade fora do gramaticalismo insensato a que aludiu certa vez Alcântara Machado; essa língua que assume atitudes atéias para com a sintaxe em que não crê, e procura expansão num vocabulário próprio e tão rico que sobeja para as suas necessidades — não poderá deixar de ter um refletor poderoso na literatura nacional, a menos que, forcejando em revelar-se numa espantosa anomalia, vá escorregando lentamente para esse declive até parar no inevitável descrédito das mistificações”.

Enquadrado nessa observação, ele só encontra Catulo da Paixão Cearense, “na sua lealdade de intérprete da algaravia popular”, mas diz ser evidente não poder este bardo representar sozinho a literatura das massas incultas. “Quem mais?” — pergunta. E aponta alguns dos corifeus da nova idéia subversiva: os que “trazem o peito mais constelado de medalhas”. Desfilam, diante de sua férula crítica, Mário de Andrade, Alcântara Machado, Jorge de Lima, Monteiro Lobato, e no final quer mostrar que trnasmiram todos as suas

idéias e ficções (tirante alguns modismos forçados) em legítima língua portuguesa. E esses esforços para emprego dos modismos, marchetados com paciência e enxertados na linguagem erudita ou na usual daqueles escritores, não farão mal ao idioma, pois durarão "como duravam as rosas clássicas do poeta francês".

Fato indiscutível, no entanto, é que o Ipiranga lingüístico mobiliza gente muito boa da filologia nacional, formando a "escola da língua brasileira", cujo fundo doutrinário ou atitude mental Gladstone Chaves encontra neste asserto de Monteiro Lobato: "Assim como o Português saiu do Latim, pela corrupção popular desta língua, o Brasileiro está saindo do Português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir".

Gladstone encarrega-se de desancar esse biologismo da linguagem, "hoje inteiramente superado", depois das conclusões verdadeiramente científicas de Whitney, Michel Bréal, A. Meillet, J. van Ginneken, Gh. Bally, J. Veudryes e outros. A proposição de Monteiro Lobato está atrasada cem anos, pois o evolucionismo não é lei das línguas e o processo que determinou a fragmentação do Latim foi, sim, o desmoronamento da cultura romana e o caos subsequente. "O argumento que insiste na separação *necessária* entre o Brasileiro e o Português não é sério, não merece maiores atenções".

Todavia, o exército irredentista é numeroso e luzido, numa progressão de afoiteza que vem de João Ribeiro, com a afirmação de ser a Língua Nacional essencialmente a língua portuguesa, apenas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos, e chega aos avanços mais atrevidos de, entre muitos, Virgílio de Lemos, Antenor Nascentes, Mário Marroquim, Mário Ipiranga Monteiro, Edgard Sanches, Herbert Parentes Fortes e Pedro A. Pinto.

Pode dizer-se que Virgílio de Lemos é o grande pioneiro da reação baseada em critério científico, sustentando que o assunto de dialeto é da alçada da glotologia e não da gramática, e daí o falseio verificado na apreciação das linhas fundamentais do problema. "Houvéssemos estudado a matéria com os critérios da lingüística e de há muito estaria feito o acordo entre os filólogos portugueses e brasileiros". A *Memória* que ele apresentou ao 5º Congresso de Geografia, em 1916, na Bahia, e que Edgard Sanches resume em sua *Língua Brasileira*, Brasiliana, nº 179, é substanciosa e conclui categoricamente: "Que a língua portuguesa se haja modificado profundamente no Brasil, durante esses quatrocentos anos decorridos desde a sua introdução na jovem nação, é um fato que deixamos exuberantemente provado, e nunca foi contestado mesmo por aqueles que dominados por preconceitos gramaticais ou por um falso e intempestivo sentimento patriótico, se enfu-

riam em negar a existência do *dialeto brasileiro*. As transformações aí estão, e não há que suprimi-las. Elas obedeceram a leis que não podem ser sofismadas e devem ser desprendidas dos fatos que as objetivam. Esses fatos são o produto de condições *preexistentes*, algumas das quais ainda perduram nas influências lentas, mas irresistíveis, no *meio físico*, e nas fatalidades do *meio etnológico e social*" (P. 233).

Nascentes tem opinião não menos radical e, para Gladstone Chaves, peca por generalizações apressadas: "Embora falemos a língua portuguesa, não podemos deixar de reconhecer que esta língua assume em nosso país o caráter de uma variante e bem diferenciada. Na pronúncia, no vocabulário, na construção da frase, divergimos muito do falar de Portugal". E mais: "Repitamos com Macedo Soares: — Já é tempo de os brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal". (*Dic. Brasil. da Língua Portuguesa*). Enfim: "Falemos certo sem precisar exprimirmo-nos à moda de Portugal. Gramáticas há e muitas que capitulam de vício de linguagem o brasileiro como se fosse vergonha falar à moda do País. No Brasil, o brasileiro só é erro quando constitui solecismo e, neste caso, é errado por ser um solecismo e não por ser um brasileiro" (*O Idioma Nacional na Escola Secundária*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, Cap. I).

Ele está com Mário Marroquim, de quem transcreve trechos. O escritor pernambucano se avanteja nos impulsos separatistas e firma-se na tese de que "o português do século XVI é o ponto de partida de uma evolução divergente. Enquanto em Portugal se modifica num sentido, no Brasil, envolvido por fatores mesológicos, étnicos e geográficos radicalmente diversos, orientou diferentemente a sua evolução . . . Contra a opinião dos que negam o dialeto brasileiro, opinião que vai de encontro a tudo o que está estabelecido em relação à evolução das línguas, se opõe a realidade que não exige demonstrações. Nem o dialeto brasileiro nos envergonha. É um fenômeno cuja espontaneidade não podemos deter nem governar, é uma força viva que surge das massas populares ao impulso de tendências lógicas e naturais e cuja expansão devemos estudar e observar, mas que não está em nós orientar, porque ela se dirige de acordo com as leis glóticas certas e imutáveis" (*A Língua do Nordeste*, Brasileira, v. 25, p. 14).

De Mário Ipiranga, filólogo do Amazonas, são estas palavras: "O Português, falado e escrito, de Portugal, conserva aquele traço ideal imprimido pela natureza e pela epopéia da raça. Mas não pode ser transferido para uma terra estranha, onde pontificam interesses opostos e circulam idéias nascentes, filhos, uns e outros, daquele extraordinário vigor da paisagem celebrada pelos cronistas, memorialistas e poetas. O Novo Mundo equilibra o seu progresso nos fortes alicerces da tradição ibérica, que cultuamos na medida dos nossos sentimentos afins. Mas a conservação dos mesmos traços de iden-

tidade lingüística não pode resistir, desde que entram em jogo fatores de dispersão tão reais e quantitativos, que nos prendem à mãe-pátria, quando verificamos que quase em igual período o português se emancipou do galego. E essa emancipação por acaso não se mistura com a autonomia política do estado português? De manifesto conclui-se que à independência política de um território segue-se a idiomática. A influência que esse fenômeno exerce sobre a psicologia do povo é tão grande que chega a constituir uma hostilidade franca ao passado" (*Aspectos Evolutivos da Língua Nacional*, Manaus, 1946, p. 36).

O livro, já citado, de Edgard Sanches, compendia documentação e raciocínios vastos, e logo na Introdução faz a advertência de que suas conclusões vão encher de mágoa e revolta o espírito daqueles que se aficionaram aos critérios de uma tradição estruturada em fundamentos artificiais, feitos de convenções a que a inércia do hábito emprestou aparência de sólida realidade. Acredita estar discutindo a questão do idioma brasileiro à luz da ciência da linguagem, com os seus critérios, as suas leis e os seus valores. Atribui graves incoerências nos trabalhos de nossos *clássicos* e *puristas*, com doutrinas que afirmam uma coisa e fatos que clamam invencíveis contra elas. A nossa língua nacional é um dialeto do Português, o que a filologia portuguesa, aliás, de há muito reconhece; mas sendo o dialeto brasileiro o idioma de um povo livre e soberano, necessariamente é ele uma língua — a *língua brasileira*. De nossa independência política, resulta a independência de nosso dialeto: portanto, o dialeto brasileiro é a língua brasileira, tal como a língua portuguesa, com a independência política de Portugal, a partir do século XIV, deixou de ser dialeto do galego, pois ele nasceu na Galiza: "do século XII ao século XIV a *língua portuguesa é a mesma galega*". Do ponto de vista da filologia comparada, muito maiores são as diferenças entre a língua brasileira e o idioma português, do que as existentes entre o galego e a língua falada em Portugal na Idade Média. Querem sistematicamente negar esse fato, e entre os que o fazem estão os gramáticos: "São os nossos gramáticos os maiores responsáveis pelo descaso em que ficaram mergulhados e perdidos, entre as cousas inúteis, os fatos da nossa linguagem. Copiam servilmente a gramática portuguesa, repetem com ênfase e imensa vaidade as regras e regrinhas das gramáticas de Portugal. Sufocam todas as nossas formas originais no garrote dos exemplos clássicos. Anatematizam, flagelam, excruciam na sua famigerada *boa linguagem*, despedaçam, na estrapada vernácula do idioma português, todas manifestações da nossa sensibilidade, do nosso ouvido, em cousas da mais genuína maneira de falar, de nos exprimirmos brasileiromente. São eles que têm desprezado a pujança da língua popular, que irrompe, forte, viva, numa caudal maravilhosa, cheia de naturalidade, de riquezas idiomáticas, que alargam o vocabulário, transformam a sintaxe e



exprimem, na sua brasilidade, a feição do nosso modo de pensar e sentir". Agravando o erro está o defeituoso modo de estudar a língua levando em conta somente a sua *feição discursiva*, esquecendo-se o valor afetivo dos fatos da linguagem organizada e a ação recíproca dos fatos expressivos que concorrem para formar o sistema dos meios de expressão de uma língua. "Houvéssemos já aplicado esses critérios, e de há muito haveriam os nossos gramáticos percebido claramente a existência de uma língua brasileira".

O trabalho de Sanches e os de Herbert, especialmente o primeiro, de "tão erudito, claro, conclusivo e irrespondível", serviram, além do mais, para tirar Pedro A. Pinto do caminho que andava.

Confessa-o ele mesmo, sem receio: "Sou convertido. Passei a adultícia lutando pela unidade do idioma. Como, porém, não nos é lícito desaceitar o que tenhamos compreendido, mudei de opinião e escrevo em língua que não é a portuguesa e sim a brasiliense".

Posta-se agora o filólogo e médico, prolífero e seguro de conhecimentos, como soldado da linha de frente da brasileirice idiomática, como impertérito cristão-novo: "Existem verdades eternas — escreve; não há, porém erros que subsistam por todo o tempo. Amanhã virá a lei, o decreto, que reconheça como brasiliense a língua da Terra de Santa Cruz".

No seu modo de encarar, e acompanhando Sanches, a língua brasileira nem é, a rigor, filha da língua portuguesa ou um dos *aspectos* desta. Terá o caráter, ou é, na essência, modificação do galiziano, galaico ou galego, que se falava no condado portugalense, tanto quanto modificação desse falar é a língua portuguesa de Portugal.

Convém esta transcrição, conquanto longa: "Por que razão foi possível que os da "ocidental praia", continuando a servir-se do idioma galego, pudessem crismá-lo no nome de português, e somos impedidos de dar título certo à nossa maneira de falar?

Nenhum estudioso ignora que o português se extrema do brasiliense incomparavelmente mais que diferia o galego do português dos séculos XIII e XIV, na morfologia, na prosódia, na sintaxe (. . .) Há vultosas diferenças no vocabulário e, sem contar com os neologismos, científicos ou não, com os contributos de colônias estrangeiras, algumas de grande importância, como a italiana, somente com a massa de brasileirismos teríamos vocabulário rico e expressivo. Note-se que o letrado português vê com irritação e má vontade essa opulência e logra transmitir a antipatia a forasteiros vivendo em Portugal.

D. Carolina Michaelis, tratando dos vários povos que concorreram na formação do léxico português, fala do Brasil em tom desdenhoso, o que não fez com relação a outro país: "Aqui é preciso dizer que essas centenas de brasileirismos, a que aludo, registrados nos dicionários modernos . . . não

são empregados vulgarmente em Portugal... (*Lições de Filologia*... Pág. 316). Adiante: "Na letra *j*, por exemplo, encontra-se... uma verdadeira aluvião de brasileirismos... Creio que ninguém de nós conhece. Eu, pelo menos, confesso a minha completa ignorância..."

Vê-se, de maneira clara, como luz do meio-dia tropical, o que pensa a filóloga alemã, radicada em terras lusitanas: não devam ser os brasileirismos incorporados no léxico português, o que é mais uma prova de que são diferentes os idiomas.

Assim como aos naturais da Galiza não foi defeso chamar galego ao latim falado em sua pátria, puderam os lusos dar o nome de português ao corrente em Portugal, aos castelhanos permitiu-se nomear espanhol o seu latim. O que se fala no Brasil, há de chamar-se brasiliense.

Sabem os que se interessam pelo assunto que nossa língua, assim como as outras novilatinas, é evolução do latim vulgar, esse, por sua vez, metamorfose de velho idioma, ou de velhos idiomas, do grupo itálico, ou italiota, dos árias... , metamorfose que sempre se deu e querem os anacrônicos recolonizadores haja exceção para o brasiliense, que nada obstante mais rico, mais sonoro, mais maleável ou mais flexível que o do ex-condado portugalense, permaneça como era no século XVI e, extravagantemente, seja dito língua portuguesa. Mas, até os que pugnam pela conservação do nome errado sabem, e ensinam que, propriamente, não existe idioma português. Escreve um lusitano dos mais instruídos no assunto de que cuidamos: "... é o latim, na sua forma vulgar, que constitui, para assim dizer, o substrato do nosso idioma, foi ele passando por contínuas transformações, produziu a fala de que hoje nos servimos, a qual na sua essência é a mesma que há vinte séculos se ouvia na boca da plebe de Roma..." (J. J. Nunes).

Esse latim, em Portugal, tomou o nome de português e o falado no Brasil há de chamar-se brasiliense, convenha isso, ou desconvenha, aos que nasceram na terra "quase cume da cabeça de Europa..."

Diremos, por exemplo, que A. Herculano escreveu em latim português e que João Francisco Lisboa vazou seu pensamento em latim brasiliense, ou, resumindo, escreveu o primeiro em português e o segundo em brasiliense.

Afirmar-se que José de Alencar plasmou a obra de arte primorosa, que é *O Guarani*, em língua portuguesa, dá-me a impressão de erro, de disparate...

Os americanos do norte, tendo conta com a importância da opulenta língua inglesa, com sua opima literatura, preferiram conservar o nome do idioma, como poderiam tê-lo mudado, se isso a eles tivesse parecido conveniente.

Não sei se este proceder dos grandes da América influiu, no Brasil, em 1822, ou se conservamos a denominação de língua portuguesa por inércia.

Examinarei esse fato, que agora estudo, em trabalho que virá a público, quando permitirem as ocupações.

Em regra, não entendemos os portugueses letrados e eles não nos entendem. Não cuidamos de emendá-los, mas vivem eles preocupados de nos ensinar, de nos corrigir, e o fazem, com freqüência, de modo espinhoso, impertinente, não justo, insuportável, diplomático.

“Se não entendemos a escrita, aprendemos ainda menos a linguagem oral. Ouvimos um ator português, no palco, e ficamos *a quo*” (*Escritos Anepígrafos*, Coleção Rex, 1954, p. 97).

Mas, quem parece melhor estudar o caso é Serafim da Silva Neto, em *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. (Dep. de Imprensa Nacional, Rio, 1951), resultado de artigos publicados na *Revista Filológica* e prefaciado por Augusto Magne. Para Gladstone Chaves, o autor “pôs termo à questão. Depois de suas considerações, iluminadas por seguros conhecimentos de Lingüística e fundamentadas na história da língua, só os teimosos ou amadores hóspedes na especialidade poderão insistir no ponto de vista contrário” (Ob. cit., p. 16).

O seu esquema expositivo, com efeito, é apoiado em pesquisas cuidadosas, impressiona bem e, a despeito de não ser bastante claro, resume-se em que: 1) a língua portuguesa do Brasil, longe de ser um todo ou bloco ou massa uniforme, apresenta diversos matizes que decorrem de fatores vários, como as ocasiões, as regiões e as classes sociais em que ela é utilizada; 2) tais matizes projetam: a) a língua culta padrão, b) a língua corrente, desdobrada em familiar, popular e falares especiais, c) a linguagem regional, e d) as gírias ou falares especiais.

A língua culta padrão tem o seu estilo próprio de Portugal e estilo próprio do Brasil: estilo português e estilo brasileiro. Os desdobramentos da língua corrente são comuns a portugueses e brasileiros. E a linguagem regional possui características peculiares em Portugal e no Brasil, como os possui nas ilhas açorianas e madeirenses, além das modalidades crioulas do português na Ásia e na África.

A língua culta “é sobretudo patrimônio cultural dos dois povos, Portugal e Brasil. Quanto mais cultos e instruídos são os indivíduos que mais se aproximam dela: é um meio de expressão superior, para cuja beleza, flexibilidade e encanto concorrem as pessoas mais notáveis, os literatos mais castigados de ambos os países” (P. 23). Falada por quem a sabe falar, é correta e distinta. Se escrita, pode chegar ao aprimoramento artístico dos escritores de eleição. Portugueses e brasileiros se igualam nesse terreno.

Já a linguagem corrente é menos polida, menos policiada: na sua forma familiar “é a fala da classe média: recebe, mais ou menos, influência da linguagem culta”. Ao passo que a forma popular “é quase inteiramente

alheia à língua escrita: é o simples meio de comunicação da gente humilde, na maioria analfabeta. É por excelência uma linguagem *transmitida*, isto é, aprendida de oitiva, inconscientemente”.

Quanto aos falares especiais, aí estão incluídas as linguagens empregadas por indivíduos que adotam a mesma carreira ou profissão — militares, ladrões, estudantes, pedreiros, sapateiros, etc.

E, quanto às linguagens regionais, é fora de dúvida que, nos dois primeiros séculos da colonização lusa no Brasil, a língua portuguesa sofreu algumas transformações que a extremaram do português lusitano, principalmente no litoral; mas invadindo o interior e nele se espalhando com as bandeiras e entradas, não pôde sofrer lá o *reatamento da tradição*, uma como que refundição dessa primitiva *coiné*, verificada na orla litorânea. Os diversos subdialetos interioranos mantêm, no entanto, “*imensa unidade*”.

No que se refere à linguagem culta e aos falares especiais, para o caso não há necessidade de apreciá-los. Aquela, por ser, na verdade, uma só em Portugal e no Brasil, salvo “algumas peculiaridades de importância secundária”, através das quais o português do Brasil ligeiramente se afasta do de Portugal, conforme o conceito de Adolfo Coelho, ou, como diz Serafim Neto, “nada que abale a estrutura lingüística: simples processos estilísticos, simples reflexos da nossa sensibilidade”. Estes, porque são simples palavras ou expressões de âmbito restrito, confinadas ao uso de pequeno grupo de pessoas para se entenderem mais facilmente.

É na área da linguagem corrente, notadamente na familiar e na popular, que se dão os atritos entre portugueses e brasileiros. Uns e outros sentem que *há a diferença*, ora no sentido do vocabulário, ora na pronúncia, ora no comportamento gramatical.

Entram, neste jogo, alguns fatores, perturbando, pelo menos aparentemente, a *mesmidade* luso-brasileira da língua portuguesa: a) a influência da língua tupi, falada pelos nativos *contra quem* se fazia a colonização; b) a influência dos falares do elemento afro-negro, enxertado no processo dessa colonização; c) o enquistamento no interior de postiça linguagem trazida pelos colonos com uma arcaização oriunda do isolamento estagnante, e, por fim; d) a formação vocabular, mais ou menos rica, operada por força das inspições e das contingências ambientais.

Muito variadas essas influências, mas de inegável infiltração na língua “camponesa e provincial” recebida pela mistura de gente que aos poucos povoava o território colonizado, constituindo meio social *sui generis*.

Tudo isso o autor disseca fartamente, para jogar esta conclusão: “Mas, apesar de tudo, o Brasil é português. Profundamente português pelo idioma e pela etnografia”, conclusão a que, para não deixá-la tão elástica, deve juntar-se estoutro conceito: “Aos poucos se perdera o complexo de colônia e se

criava uma consciência nacional. Os espíritos ilustrados compreendiam já não ser necessária e obrigatória a dependência ao *lusismo*, ao *lusitanismo*. Derramava-se a noção de que era possível ter personalidade, ter, enfim, caráter nacional. Era possível, neste fim de mundo, constituir-se uma literatura própria, resultante de ambiente próprio. Ambiente natural e ambiente espiritual. Esse foi, sem dúvida, o pensamento de José de Alencar. O grande estilista cearense não pretendeu desprender-se da tradição portuguesa. O que ele quis fazer, e certamente o conseguiu com vantagem, foi, na América livre, uma obra de livre criação, arejada e nova, estreme do ranço da servil imitação dos clássicos portugueses. Nunca seccionar o contato com o passado, com a esplêndida tradição literária portuguesa, mas sim, desprender-se da vil cópia dos clássicos, da adoração de Bernardes e Vieira como se foram bezerros de ouro" (P. 118).

Temos até aqui resumido o pensamento de Serafim Neto, porém reputamos acertado torná-lo mais preciso. Parece-nos que só para efeito didático será possível a divisão da língua portuguesa em *erudita*, *familiar*, *popular* e *falares especiais*.

Em boa reflexão, o que há é uma gama ou escala, percorrida pelos que a usam, podendo uns atingir o ápice literário, não conseguindo outros ficarem senão no meio da subida e, por último, ficando os demais no sopé.

Em rigor, portanto, a língua dos portugueses e brasileiros forma uma unidade ou, com as palavras de Serafim Neto, "o material lingüístico é tão brasileiro como português". "As palavras fundamentais — nomes de partes do corpo, de parentesco, os numerais, os verbos que indicam ações essenciais à vida, as partículas — são todas de boa cepa lusitana. As flexões são idênticas: morfonemas de número (o — s); de gênero (o — a); de grau (— simo); as desinências pessoais e temporais dos verbos não diferem cá e lá. A estrutura da frase é fundamentalmente a mesma" (P. 17).

O grande motivo da contenda ao redor da unidade lingüística tem raízes de ordem psicológica: aquele complexo antiluso de brasileiros, explodindo na redenção lingüística, e o complexo antibrasileiro dos lusitanos, revelado em certo achincalhe do falar e escrever dos seus antigos colonos; mas exaspera-se no fato, para os primeiros, de denominar-se língua *portuguesa* o idioma de ambos. Daí a contraposição da língua *brasileira* ou *brasiliense*.

Para neutralizar-se, ou pelo menos tentar neutralizar-se esse ódio, talvez fosse remédio ótimo adotar nome outro que acabasse com o exclusivismo. Para tanto, lembraríamos a denominação de *Língua Brasilusa*, não sabemos se já sugerido, mas de formação vocabular que julgamos certa: de fato, seria a linguagem de quantos milhões de pessoas, no continente europeu, na África, na Ásia e principalmente na América do Sul, falam e escrevem atualmente o português.

Esse título expressaria, ainda com maior vigor, aquela unidade que a divisão didática em língua culta, corrente, familiar, popular e caipira fere evidentemente.

Divisão didática — insistimos, porque, na realidade, no âmago não existe: o que existe é *um só e único fenômeno* — a Língua Brasilusa, com uma gradação fonético-sintática que, de baixo para cima, parte do linguajar menos cuidado do povo (este no sentido folclórico) até alcançar a linguagem culta, sem delimitação de faixas estanques, como seja, repetindo — língua caipira, língua popular, língua familiar, língua corrente, língua erudita, usadas pelas diversas classes falantes: classes humildes, classes médias e classes superiores.

Não se dá isso, absolutamente. Pelo contrário, o *conjunto* das pessoas que formam o País não se acha, neste particular, dividido assim, em classes alta, média e inferior. Bem ao diverso, de mistura, em constantes intercomunicações, vivem os que falam mal, os que falam negligentemente e os que falam com acerto ou mais perfeição. Os que falam e os que escrevem, o que também anula a diferença feita entre língua falada e língua escrita, para o fim de demonstração daquelas supostas faixas: a língua escrita não é privilégio de classe nenhuma, todos os que sabem escrever a escrevem.

Em última instância — e isto é de todo básico — o que se verifica do estudo científico da sutil questão é uma perfeita *integração* dos modos de empregar a língua: a linguagem rudimentar, caipira ou matuta, dos menos instruídos (analfabetos ou semi-analfabetos), a linguagem menos errada dos mais ou menos instruídos e a linguagem dos bem ou superiormente instruídos — todos amalgamados, confundidos, sem delimitação de classe erudita, média ou humilde. Quer em Portugal, quer no Brasil, quer nas colônias portuguesas.

Essa gradação ou escala de correção é clara, fornece o verdadeiro teor do conceito da unidade lingüística e por ela chega-se à ilação de ser impropriedade falar-se em *lusismo*, em *brasileirismo* e, mesmo, em *dialeto*, a não ser, quanto a este no seu conceito hodierno, como forma ou aspecto *regional*, ou até *paroquial*, de apresentar-se a língua com certas peculiaridades da fala (sotaque, modismo, etc); ou, conforme J. Marouzeau, mestre da Sorbonne, "*un ensemble de particularités telles que leur groupement donne l'impression d'un parler distinct des parlés voisins, en dépit de la parenté que les unit*" (Apud Clóvis Monteiro, ob. cit. p. 83). Jamais, como processo para extremar tanto essas peculiaridades, a ponto de promovê-las a idioma autônomo.

Por que *lusismo*, por que *brasileirismo*, por que *crioulismo*, se o vocábulo ou a expressão assim qualificados se *integram* no patrimônio da língua, tanto assim que os léxicos os registram como tais? Não falseia esta assertiva a circunstância de não ser, via de regra, usado o lusismo no Brasil ou o supos-

to brasileiro em Portugal, ou crioulisto nas duas nações, porquanto o fato é natural e lógico, consequência da diversidade de lugar e distância. Não se discute que, em Portugal, muitos vocábulos e expressões correntes numa província são desconhecidos noutra, o mesmo acontecendo no Brasil, onde as distâncias atingem a enormidade, pelo tamanho do seu território. Seria espantoso milagre que tal não se desse.

Eliminar os registros — lusismo, brasileiro, crioulisto será outro fator de *pacificação*, para garantir a adoção do título *Língua Brasilusa*.

Entretanto, não vamos ao extremo de negar a necessidade dos estudos chamados dialetológicos, a fim de esclarecer as causas do fenômeno modificador da prosódia, sintaxe e lexicologia em determinadas regiões. E, identicamente, os estudos da linguagem popular, folclórica, fonte perene de enriquecimento das línguas. É o *povo*, “esse ignorante sublime”, que as faz, na espontaneidade das suas criações e das suas transformações semânticas e fonéticas e até das suas incongruências. Há necessidade incontestável desses estudos para o conhecimento *total* do idioma, desde que ele é uma totalidade, como a luz branca é resultante da harmonia das diversas cores do arco-íris. O bom conhecimento do *todo* idiomático é matéria da Lingüística e também da Filologia, pois servirá para as interpretações e conclusões gerais daquela, como Ciência das Línguas, consideradas estas como “fato social da linguagem”, e as específicas desta última, como ciência aplicada de uma língua ou família de línguas, atestadas por documentos escritos. (Gladstone Chaves de Melo, *Iniciação à Filologia Portuguesa*).

A controvérsia interfere com a evolução das línguas, isto é, as mutações que elas sofrem ao longo do tempo, desde que surgem, ou melhor, se definem ou individualizam, até que desapareçam, seja orgânica, própria, intrínseca a sua evolução, seja exógena, decorrente do contato com outras, caracterizadas as modificações pelo *empréstimo* de elementos ou traços lingüísticos estranhos que a elas se incorporam. Empréstimos que não se pagam e daí não ser muito adequado o nome.

A língua portuguesa recebeu no seu evoluir muitos desses empréstimos — do árabe, do germânico, do francês, etc. —, e depois de transportada para o Brasil muito mais com eles se engrossou, recebendo elementos ou traços da língua tupi e das línguas afros e, também, por efeito de sua mesma *localização* noutra paisagem, obrigando o homem a dar nomes a coisas e fenômenos naturais novos que esta lhe apresentava e constantemente ainda apresenta. Mais miudamente, disse-o Paulo Duarte: “Essas modificações principiaram muito cedo. São dezenas de milhares de vocábulos sem a menor significação em Portugal. Termos toponímicos, geográficos, botânicos, zoológicos, meteorológicos, geológicos, mitológicos, agrícolas, e pecuários, etnológicos, de navegação, de indústria, originários do tupi ou de outras línguas africanas, euro-

péias e asiáticas e até inventados pelo povo, o único fabricante autorizado de línguas, dicionários e gramáticas. João Ribeiro, como vimos, ajunta ainda outras fontes não menos importantes de vocábulos e de construção, como o clima, a cooperação dos ciganos, as criações do mestiço, sem contar mais essa coisa curiosa de um vocabulário genuinamente português quinhentista que se arcaizou em Portugal e continua a viver admiravelmente no clima do Brasil" (*Introdução ao Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, São Paulo, 1955, p. 14).

Há inúmeros trabalhos e pesquisas já publicados salientando a extensão e valor dessas influências modificativas do português originário na ambiência brasileira, e não será o caso de apreciá-las aqui. Chamou-se *brasileirismo* a tal espécie de empréstimo e por muito tempo os estudiosos lusitanos não os aceitavam como integrantes legítimos do idioma, numa intenção talvez elogiável, contudo inteiramente errônea, de conservá-lo imutável, intocavelmente *português-ibérico*, lutando desesperadamente os do Tejo de tão pequenos em número, contra o rolo compressor de muitos mais milhões de sul-americanos, que na sua caminhada de progresso e cultura não suportavam, nem podem suportar, as enfezadas restrições daquele caturrismo.

Foi difícil convencê-los e ainda há recalcitrantes — de que todas essas guirlandas e jóias finas, longe de constituírem escrescência ou desfiguração, representam, ao contrário, belo produto da evolução do Brasiluso, tornando-o cada vez mais opulento e majestoso. E, se um dia, como será possível, com semelhante enriquecimento vier a verificar-se a cissiparidade, e a parte aquém-oceano fixar-se, realmente, na discutida língua brasileira, então nada haverá de estranhar, porque é da História e da Lingüística sair uma língua de outra, qual do latim se gerou o Brasiluso. Está longe de concretizar-se o prognóstico de José de Alencar, ao dizer que "a revolução é irresistível e fatal" e que "há de ser larga e profunda como a imensidade dos mares que separam os dois mundos a que pertencemos"; porém o afastamento dos dois lados do ângulo é paulatino e visível.

A tese negativista da *língua brasileira*, como se vê, não é tão absoluta como pretendem os seus radicais opositores. Só é verdadeira na fase atual de desenvolvimento do Brasiluso e, ainda assim sujeita à aceitação, por imperiosa, do fato de já haver, muito pronunciado, o seu *aspecto brasileiro*, substantivo que deve substituir, duma vez por todas, o termo *dialeto*, falso em si e provocador de desinteligências nacionalistas.

As divergências, afinal, limitam-se a certas particularidades, algumas mais convencionais que reais, como é a da colocação dos pronomes, espécie de estúpida aferência para julgar se o escritor é *clássico* ou errado, se pode ser modelo ou não. É uma reclamação simplesmente *purista*, coada demais, flagrantemente abusiva, violentadora, não raro, da eufonia da frase e sem qualquer justificativa razoável. Tem-se idéia de que somente domina a boa



linguagem quem arruma os oblíquos ao talante do que *ditou* o Sr. Cândido de Figueiredo, e daí a estultícia de entronizar-se orgulhosamente Machado de Assis porque os colocou *bem* e censurar José de Alencar porque os dispôs *musicalmente*, espontaneamente, sem os artifícios duma imagem pré-concebida, que desgarras das lídimas tendências do falar e escrever sem as peias totalitárias da imitação a velhos escritores endeusados como *clássicos*. É o caso de relembra a conhecida lição de Said Ali: "A nossa maneira fantasiada (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos lingüísticos têm o seu histórico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receosa da mutabilidade, por cima do nosso idioma, a túnica de Nesso das regras arbitrárias e inflexíveis. As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana". E termina: "A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral". (*Dificuldades da Língua Portuguesa*, p. 79).

No atinente ao dialetismo, indispensável é, igualmente, abandonar o artifício, deixar de mão a química de que tanto abusou Catulo da Paixão Cearense para obter o precipitado de sua fama de *criador* de uma pseudo-poesia caipira, e de que têm lançado mão tantos folcloristas, desde Amadeu Amaral, emprestando exagero condenável ao falar dos analfabetos, assunto muito preferido para provocar nos teatros, e agora na televisão, a gargalhada dos expectadores, em representações burlescas e grosseiramente interpretativas do exato conteúdo do fenômeno.

Esse linguajar caipira nada mais é do que fruto da pouca instrução de quem o usa, trabalho da naturalidade das leis fonéticas e semânticas e da espontaneidade de composições sintáticas, tendendo à simplificação dos sons, das formas e da frase, fato observado também no campo da linguagem popular e na corrente ou comum, nas quais o descuido ou menor esforço, como energia incoercível, concorre para atenuar os rigores da correção. Efetivamente, a cada instante, vemos pessoas de melhor instrução suprimir o *s* do plural (as casa) o *r* e o *l* finais (mulhé, viáve) ou transformar este último em *u* (coronéu), reduzir a *im* os diminutivos *inho* (cabim — cabinho); vemos, enfim, um sem-número de descasos que chegam ao solecismo — tudo isso hoje bem explicado por leis que regem a fonologia, a morfologia, a sintaxiologia.

Somente para as finalidades da fixação dos termos e modismos, visando ao seu indispensável conhecimento, tal como se procura fixar termos e modismos da linguagem popular, e fixar maneiras mais apuradas e literárias da lin-

guagem erudita, é que devem ser efetuadas pesquisas e escritas teses e conclusões, e nunca para considerar aquelas primeiras como constituintes dum *dialeto caipira*. Unicamente com esse objetivo devem ser aproveitados os excelentes trabalhos de Amadeu Amaral (*Dialeto Caipira*), Antenor Nascentes (*Linguajar Carioca*), Mário Marroquim (*Língua do Nordeste*) e outros que reforçam as bibliotecas desse tipo de livro.

De igual maneira devem ser olhados os dicionários, vocabulários e glossários já publicados, registrando termos e expressões da linguagem popular, essa que, cheia de vivacidade, de originalidade, de criações às vezes estapafúrdias e inexplicadas, às vezes gaiatas, cheia de corrutelas que acabam definitivas, movimentam-se confinando, não em linhas rígidas, porém em variadas transições, com a linguagem matuta, em baixo, e com a linguagem corrente ou comum, em cima.

É o linguajar do povo, o meio de intercomunicações, pela palavra, da gente que não obedece, porque não sabe, ou porque não quer, a cânones ou a draconianas imposições gramaticais, e, portanto, não há de ser confundida com a camada social que se serve da linguagem corrente, comum, mediamente disciplinada.

Essa mesma linguagem popular compreende, como ficou dito, não só, em grande parte, os empréstimos do tupi e das falas negras, como também vocábulos lididamente lusos, arcaizados em Portugal mas persistentes e encontrados em comunidades do interior ou sertão, que viveram mais isolados dos centros urbanos, onde a linguagem corrente, à custa de fatores diversos, os esqueceu ou desprezou. Compreende, outrossim, os vocábulos e expressões de sua própria criação, arbitrária e, na maioria das vezes, de difícil apuração etimológica, exatamente como na linguagem erudita palavras são artificialmente criadas ou formadas, ou se ampliam ou desdobram semanticamente na sua significação, para nominar novas coisas, novos fatos, novas técnicas, novas concepções, e até novos sentimentos ou emoções.

Tem, assim, grande importância a coleta dos termos e das expressões populares, convenientemente entendidos como tais, e não de cambulhada com ingênuos caipirismos, coisas que bem se distinguem. Muitas há dessas coletas de âmbito geral ou nacional, vulgarmente chamadas dicionários de brasileirismos, e outras de âmbito regional ou provincial, adstritas ao registro de verbetes freqüentes em determinada região ou Estado.

Como acentua Edgard Sanches, esses vocabulários "focalizam com uma nitidez minuciosa, traços essenciais do idioma brasileiro. Evidenciam amplamente as grandes diferenças existentes entre o nosso léxico e o da língua portuguesa" (Ob. cit., p. 140).

Afirmando ser difícil atinar com o critério discriminativo que preside ao trabalho desses amanhadores de pequenos léxicos, "glossaristas regionais", João Leda adverte-nos de que "pesquisas de tão grande respon-

sabilidade exigem, sobre abundante leitura e muito estudo dos bons mestres da língua, o meneio contínuo dos melhores dicionários e vocabulários mais bem cuidados pela idoneidade dos autores. Sem esse material que facilita as confrontações, permite as identificações e dá ensejo a apurar-se o que é ou pode ser realmente nosso e o que de direito não nos pertence, não será jamais outra coisa senão desporto intelectual, ou passatempo de ociosos, a colheita de palavras na linguagem popular brasileira". E aduz: "Por não considerarem é que, a nosso ver, os glossaristas nacionais vão carimbando, a torto e a direito, como brasileirismos do melhor toque, centenas de palavras do comum patrimônio lingüístico, muitíssimos até de sentido idêntico em Portugal e entre nós" (Ob. cit., p. 58).

A advertência do professor amazonense inquietou-nos de princípio, mas acabou sendo maior estímulo para o nosso intento de preparar uma *dicionarização de termos populares cearenses*, aproveitando experiência de que dispúnhamos das coisas do nosso Estado, em nossas vagueações de filho do sertão em contatos com os sertões cearenses. Alertado assim, dobramos o zelo pela legitimidade dos verbetes, excluindo aqueles que não tenham o cunho estritamente popular e não sejam *usados no Ceará*. Evitamos, sempre que possível, aquela carimbação "a torto e a direito", anotando, em nosso modesto glossário, só o que pode ser tido como popular — vocábulos de criação do povo, vocábulos da língua brasilusa a que o povo deu novo ou novos significados, vocábulos da nomenclatura de coisas e instalações que completam a vida do homem rural — engenho de cana-de-açúcar, casa-de-farinha, carro-de-bois, jangada, arreios, etc. —, sem desprezar os arcaísmos que o povo emprega e não podem deixar de ser considerados como integrantes da linguagem popular.

Não incluímos em nosso léxico verbetes referentes a plantas, animais, aves, peixes, como o fazem alguns dicionaristas regionais, por entendermos não pertencerem à mesma linguagem, sendo, ao invés, de uso geral, das linguagens corrente e erudita. Salvo quando nomes da nossa flora e da nossa fauna tomaram sentido outro, popular, já então traduzindo coisa diferente do seu significado original: p. ex. *papagaio*, que, designativo de psitácidas, passou a nomear a pessoa palradora ("Fulano é um papagaio insuportável"), o brincado comumente conhecido por arraia ou raia, pipa, barrileto, etc., e é usado como interjeição de espanto: "*Papagaio!*"

Enfim, atentamos para o conselho de Amadeu Amaral: "Seria de desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, *limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente*". (*Dialeto Caipira*, 1955, p. 43).

A nossa contribuição à *região cearense* tem este espírito e esta ousadia. (Introdução ao *Vocabulário Popular Cearense*, 1967, do Autor).